

## **AS RELAÇÕES ENTRE IGREJA E O ESTADO NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS**

Jérri Roberto Marin

O Decreto-Lei nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943, criou a CAND, localizada no Território Federal de Ponta Porã. A área prevista não poderia ser inferior a 300.000 hectares, porém foram demarcados 267.000 hectares, divididos em duas áreas distintas separadas pelo rio Dourados. A primeira, situava-se no lado esquerda do rio com 199.000 hectares; e, a segunda, localizava-se à margem direita do mesmo rio com 68.000 hectares. O decreto nº 3.059/41 estabelecia que os lotes deveriam medir entre 20 e 50 hectares. A Colônia de Dourados foi instalada somente em janeiro de 1944 e as demarcações dos lotes iniciaram a partir de 20 de julho de 1948. Os primeiros migrantes foram assentados em 1950. Esses, conforme prescrevia o Decreto nº 3.059 de 1941, receberiam do governo madeira para construção de residências, sementes e alguns animais. Também eram disponibilizados empréstimos para aquisição de equipamentos agrícolas e assistência médica e farmacêutica.

O governo federal enfrentou inúmeras dificuldades para estruturar as políticas de colonização e de auxílios aos migrantes. A ineficiência administrativa deveu-se também a alterações na organização administrativa do Estado. Em 1954, o Departamento de Terras e Colonização foi substituído pelo Instituto Nacional de Imigração e Reforma Agrária, que foi transformado na Superintendência de Política e Reforma Agrária. De 1964 a 1970, as políticas de colonização estavam sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária que, em 1970, foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essas alternâncias de instituições, num curto espaço de tempo, trouxeram dificuldades para administrar a CAND, sobretudo quanto a medição, demarcação, assentamento e a criação de políticas de assistência social aos migrantes. Após 13 anos do início dos trabalhos foram concluídas as medições e as demarcações das terras (GRESSLER; SWENSON, 1988, p. 89). No processo de estruturação da CAND, o imprevisto por parte da administração e a criatividade dos migrantes acabaram por alterar o projeto de colonização na região.

A criação da Colônia também trouxe novos desafios aos Franciscanos, que atuavam na paróquia de Dourados. Os freis eram em número insuficiente para atender a todas as necessidades e faltavam-lhes meios de transporte e recursos.

<sup>i</sup> As viagens a cavalo eram demoradas e não havia recursos financeiros para comprar um automóvel. Esse cenário desfavorável dificultava uma ação pastoral mais ofensiva para neutralizar a expansão das religiões concorrentes e para assistir os migrantes (CHAVES, 1952, p. 8). Apesar disso, os freis organizaram visitas regulares a diversos locais da CAND e da Colônia Municipal de Dourados e aos acampamentos, quando administravam os sacramentos e ensinavam o catecismo. A principal preocupação era evitar que essas populações ficassem desassistidas e a presença de religiões concorrentes.

Na Colônia Nacional, o governo construiu, em 1949, uma capela, e na Municipal, em 1950, uma capela de madeira. Em 1954, a capela de São Pedro foi entregue aos padres Palotinos, que já atuavam na paróquia de Amambai. A construção de edifícios religiosos pelo Estado era uma das estratégias para atrair novos migrantes, pois muitas pessoas recusavam-se a migrar para regiões desprovidas de igrejas e sem padres. D. Orlando Chaves, para ocupar esses espaços e diante das expectativas de crescimento demográfico, criou as paróquias de São Pedro e de Nossa Senhora da Glória, em 18 de abril de 1955. A paróquia de São Pedro tinha um edifício religioso, de pequena proporção, construído pelo Estado, e a de Nossa Senhora da Glória localizava-se num povoado a ser criado, futura subsele da CAND, onde funcionaria um escritório do Instituto Nacional de Colonização. A paróquia seria implantada posteriormente e estava desprovida de um edifício religioso e de tudo que era necessário para o culto.

Em 1952, a primeira área da CAND já estava toda demarcada e ocupada por migrantes procedentes de várias regiões do Brasil. Os migrantes que chegaram a partir de 1953 não encontraram os lotes demarcados. O contínuo fluxo migratório para a região, as dificuldades para viabilizar a demarcação e para criar uma infra-estrutura para receber os colonos gerou descontentamentos e tensões sociais. Segundo Gerardi, os migrantes nas margens do rio Dourados “aguardavam ansiosos a demarcação de um lote. Logo se formou ali um aglomerado de famílias, vivendo em barracos improvisados e na maior confusão. A única casa de madeira e telhas era o escritório do Instituto Nacional de Colonização” (1979, p. 12). Todos os dias chegavam novas famílias e o local tornou-se insalubre e impróprio à permanência de tantas pessoas. Como decorrência, “no dia nove de julho de 1955, deu-se o estouro inesperado: as famílias atravessaram o rio e invadiram as terras elevadas e firmes da margem direita” (GIRARDI, 1979, p. 14). Para garantir um lote, muitos migrantes atravessaram o rio Dourados e passaram a realizar as demarcações por iniciativa própria.<sup>ii</sup> O padre palotino José Daniel acompanhou os migrantes na ocupação

das terras e decidiu construir uma choupana. Os migrantes, que aguardavam as demarcações dos lotes ou a regularização das posses, se estabeleceram nas imediações.

Essas ocupações impuseram alterações nos projetos do governo, pois estava prevista a criação de apenas um centro administrativo no local previamente denominado de Glória de Dourados, que já era sede de paróquia mesmo antes de ser fundado. Ali, seria criado um núcleo urbano planejado, onde seria construído um hospital e escolas. Devido as circunstâncias que se apresentavam e para organizar as posses e, sobretudo, acelerar as demarcações foi instalado em Vicentina o escritório do Instituto Nacional de Colonização, tornando o povoado subsede da CAND. O escritório abrigava também a capela. Posteriormente foi construída, em outro local, uma capela de madeira. A toponímia, Vicentina, foi uma escolha do padre José Daniel, que decidiu homenagear o fundador da Congregação, Vicente Pallotti.

A demora na demarcação dos lotes, aliada ao contínuo fluxo migratório, motivaram, ainda em 1955, a novas ocupações e a fundação da povoação, denominada de Porto Ubatuba, posteriormente de Vila Brasil (atual Fátima do Sul).<sup>iii</sup> Com a crescente ocupação, o padre Daniel dirigiu-se ao local para reservar um lote onde seria construído um edifício religioso. A estratégia dos padres era criar vários povoados onde seria estruturada a vida comunitária. Esses locais tornaram-se centros de auxílio mútuo, de troca de informações, de assistência religiosa, de lazer e de comércio. A Igreja Católica desempenhou um papel importante na reconstrução grupal dos migrantes, ao prestar assistência espiritual e material, ao confortar e ao procurar amenizar a precariedade inicial. A Igreja, ao confortar, encorajava-os a perseverarem e dava sentido e coerência à diáspora. Desta forma, a instituição colaborou no projeto governamental, ao incentivar os migrantes a persistirem, a dedicarem-se ao trabalho agrícola e a não abandonarem seus lotes.

Nessa conjuntura de reconstrução grupal, a existência individual e coletiva destes migrantes tornava-se difícil a fé tornou-se um fator de identificação e coesão social para superar as precárias condições de existência. Enfim, o desamparo dos poderes público levou os migrantes, na luta pela sobrevivência, a confiarem em si próprios, nas religiões que professavam e na sua organização coletiva. A fé desempenhou um importante papel na organização e reconstrução grupal ao forjar sentimentos de identificação e coesão social. A Igreja Católica soube mobilizar os valores sócio-culturais dos migrantes para estruturar a vida comunitária.

Na ofensiva católica, houve uma divisão do mercado religioso da CAND e da Colônia Municipal de Dourados a fim de que essas populações não ficassem desassistidas e evitar a presença de religiões concorrentes e, sobretudo, que se dedicassem à assistência social. Aos Franciscanos coube a Colônia Municipal (atual município de Itaporã)<sup>iv</sup> e aos Palotinos a primeira região da CAND. De 1954 a 1958, os Palotinos atuaram na paróquia de São Pedro, quando passaram a dedicar-se exclusivamente à segunda região de ocupação, cujo território pertencia a paróquia de Glória de Dourados, criada em 1955.<sup>v</sup> Os Salesianos, a partir de 1956 passaram a atuar no povoado de Serraria, atual distrito de Indápolis, região pertencente à primeira área de ocupação da CAND.<sup>vi</sup> A divisão do mercado religioso católico demonstra a importância conferida à região pela Igreja Católica como campo missionário. Em 1955, os Palotinos mantinham no Núcleo Colonial dois padres. O rápido crescimento demográfico gerou novos investimentos de pessoal. Em dezembro de 1957, esse número elevou-se para 6 padres.<sup>vii</sup> Na Vila Brasil, estabeleceu-se em 1956, o padre Amadeu Amadori e, a partir de 1959, o padre José Pascoal Busato. Em Vicentina atuava o padre José Daniel e, em Glória de Dourados, povoado inaugurado em 1957, os padres prestavam assistência religiosa com regularidade até a posse, em 1959, do padre Roberto do Nascimento. Para suprir a demanda de pessoal qualificado no setor educacional e religioso os Palotinos foram auxiliados pelas irmãs Vicentinas, pelas irmãs de São José de Chambéry e por leigos missionários.

Na CAND, segundo o padre Luís Vendrusculo, tudo estava “por fazer, tudo por salvar. Com o povo tenho de começar pelo sinal-da-cruz.” (GIRARDI, 1979, p. 5-6). Mato Grosso era representado como terra de missão ou “de ninguém”. Era o território do vazio, do desconhecido, espaço não ocupado que deveria ser conquistado. Por não terem sido incorporadas pelas instâncias dos poderes do Estado e da Igreja Católica associavam-se ao espaço da desordem, onde o diabo reinava triunfante, tendo como adoradores os indígenas e sertanejos. O esforço missionário consistia em fazer com que a Igreja Católica assumisse a posição de liderança e exclusividade. Para tal, iriam cristianizar as populações e erigir e organizar a Igreja Católica. O desconhecido incitava a curiosidade, a ambição e os desejos de conquista e de normatizar a sociedade. O trabalho missionário parecia interminável e o objetivo era o triunfo definitivo da Igreja em todos os recantos, mesmo nos mais isolados e distantes.

Converter, salvar os que não estão salvos, incrementar a fé e as vivências religiosas tem conotação de conquista. O discurso missionário insere-se na purificação do território e

de transformação do espaço a ser incorporado sob os domínios da Igreja Católica. Ou seja, os ideais missionários revelam o desejo de subjugar, de conquistar, de controlar e de disciplinar. Os cruzeiros fixados em cada povoado em formação e os edifícios religiosos que ergueram tornavam-se signos das conquistas empreendidas pela Igreja Católica e pelo Estado. Marcos que ordenavam, que convertiam, conduzindo os mato-grossenses do obscurantismo do paganismo à luz e à verdade presentes no catolicismo. Eles simbolizavam a ordem, em oposição ao desordenamento, e impunha uma espiritualização do espaço a ser incorporado. Essa consagração equivalia a um novo nascimento, agora sob o domínio da Igreja Católica. O objetivo era o triunfo definitivo da Igreja em todos os recantos, mesmo nos mais isolados e distantes.

As fixações de cruzeiros, as inaugurações de edifícios religiosos e de obras assistenciais tornavam-se solenidades religiosas e civis e contavam com a participação de autoridades e da população. Tratava-se de firmar a importância da Igreja frente ao Estado e à sociedade civil através da cristianização social apoiada nas alianças com o Estado e as elites. A ofensiva católica buscava, ao manipular o imaginário social criar um homem católico e apostólico e uma nova sociedade que orientasse seus valores e normas de acordo com os seus princípios e combatesses seus inimigos (religiões concorrentes, comunismo, socialismo, liberalismo, maçonaria, secularização, entre outros). A ação pastoral dos religiosos insere-se no contexto de “restauração” ou de “neo-cristandade”. A Igreja Católica, para reverter o processo de laicização da sociedade moderna e recuperar a hegemonia, preocupou-se em difundir seus valores na sociedade, por meio de sua doutrina social. Nesse sentido, com a crescente auto-affirmação da sociedade civil e do Estado diante da religião, o papa Leão XIII passou a valorizar a noção tridentina de que a Igreja aparece como sociedade perfeita ao lado do Estado. Estes eram dois poderes auto-suficientes para concretizarem seus fins e objetivos, porém com uma ascendência, pelo menos indireta, da Igreja sobre o Estado.

Como afirmamos anteriormente, os Palotinos procuraram fazer-se presentes desde a formação dos novos agrupamentos. Na Vila Brasil, o padre José Daniel viabilizou a construção da capela Nossa Senhora Aparecida. Era uma “rude choupana”, que, posteriormente, foi substituída por uma igreja de alvenaria “no ponto mais alto da cidade” permitindo sua visibilidade a longas distâncias (GIRARDI, 1979, p. 15). A população auxiliava com dinheiro, donativos e com o trabalho voluntário. A presença de um edifício religioso extrapolava a função religiosa e impunha a todo o núcleo e aos indivíduos, uma

concepção de tempo, de espaço e de ordenamento social. A presença de um padre, a ereção de capelas, igrejas, paróquias e de instituições católicas eram vistas como elementos que garantiriam o progresso material e religioso. O padre traria à salvação, à luz, à alegria, à felicidade, o desenvolvimento material e tecnológico e iria acelerar o processo civilizatório.

O padre José Daniel, em sua ofensiva pela primazia da Igreja Católica, atuava em múltiplas frentes de atuação. Ele celebrava missas, distribuía remédios, transportava doentes para os hospitais, construía edifícios religiosos e fundava escolas (O PROGRESSO, Dourados, 3 de abril de 1955, p. 2). A administração da CAND e o governo federal foram criticados pelo atraso nos pagamentos de funcionários; pela burocracia, que tornava morosa a demarcação, a distribuição e a legalização das terras, e pelos poucos investimentos nos empreendimentos assistenciais.

Em 18 de março de 1956, o jornal *O Progresso* publicou um texto do padre José Daniel intitulado *A presença da Igreja na Colônia Nacional*. O texto elencava as primeiras realizações realizadas pelos Palotinos na CAND: Três padres atuavam em duas paróquias onde construíram nove capelas e sete cemitérios, fundaram o patrimônio de Bocajá, construíram o primeiro hospital e um Posto de Saúde, distribuíram grande quantidade de remédios gratuitamente, transportaram doentes para os hospitais; entregaram milhares de folhetos sobre higiene e boa alimentação; ministraram cursos e proferiram conferências sobre técnicas de aproveitamento das terras e sobre o bom cultivo das lavouras; mantiveram o “Instituto Espírito Santo” que abrigava uma escola profissional de Artes e ofícios para aprendizes, e, por fim, sustentaram uma escola particular, dirigida por religiosas (DANIEL, 1956). Os padres também distribuía publicações sobre aproveitamento dos solos, cultivo das lavouras, noções de higiene, alimentação e sobre a doutrina católica. Assim, a atuação dos Palotinos extrapolava o religioso e se estendia a inúmeras dimensões do cotidiano, como o trabalho, a saúde, a alimentação, a agricultura, a moradia e a educação. Para os religiosos, a família e a sociedade deveriam estar impregnadas pelos princípios éticos e morais propostos pela Igreja.

Para os Palotinos, a paróquia era considerada como uma família onde o líder seria o pároco, único responsável para coordenar e dirigir as iniciativas. Para alcançar seus objetivos, deveria aproveitar organizar as forças dispersas e adaptar o conjunto às circunstâncias concretas do momento. O padre zeloso deveria congrega todos os fiéis para a construção de uma comunidade totalmente cristã, sob sua direção e orientação, como

pastor de um único rebanho. Os leigos deveriam ser disciplinados, normatizados e organizados a serviço da Igreja. A liderança dos padres era canalizada para um conservadorismo político e religioso e para criar uma infra-estrutura que promovesse o desenvolvimento sócio-econômico e religioso dos locais onde atuavam.

No microcosmo paroquial estariam centralizadas as práticas públicas e individuais da religião católica. Era onde os católicos frequentavam os sacramentos, participavam das associações devocionais, pagam o dízimo, contribuam para as obras da paróquia e atendiam os apelos do clero. Os Palotinos, por meio de uma minuciosa organização pedagógica e administrativa, procuram criar uma rede de práticas e de dispositivos de saber e poder, alguns sutis outros mais explícitos, de regularização do uso do tempo, dos espaços e dos corpos e mentes, ou seja, dos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos. Educar e cristianizar era difundir hábitos sóbrios e diligentes com o fim de aprimorar o homem e suas faculdades para torná-lo religioso, virtuoso e bem orientado. Para tal, era necessário o auto-aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade por meio do autocontrole dos corpos e mentes. Para auxiliar o homem eram necessárias determinadas condições como um ambiente favorável, ou seja, famílias e uma sociedade moralizada, higienizada e purificada em seu conjunto. A moralidade individual contribuía para a moralidade social. Todos deveriam cooperar para que a salvação dependia de esforços individuais mas deveria ser buscado pelo esforço coletivo. Essas condições garantiriam a salvação das almas e o progresso social e moral da sociedade. A Igreja Católica imbuiu-se de difundir os ideais salvíficos e de realizar uma profilaxia no corpo social.

Os Palotinos, na busca do controle e do monopólio do mercado religioso, adotavam discursos de poder e demonização contra os competidores religiosos, utilizando linguagens agressivas e detratórias, que geravam preconceitos. Nessa ofensiva, termos como “cruzada”, “almas a colher”, “salvar”, “escuridão” aparecem com frequência, excitando a ofensiva católica e, ao mesmo tempo, as intolerâncias religiosas. Os religiosos deslegitimavam outras crenças, dificultavam seu estabelecimento e competiam onde já estavam estabelecidas por meio da criação de instituições de assistência social, hospitalares e educacionais católicas para fazer frente à concorrência. A administração da CAND manifestava-se favorável à presença da Igreja Católica e colaborava financeiramente com os empreendimentos católicos. A administração da CAND doou um terreno à construção de um edifício religioso na Vila São Pedro, que por sua posição estratégica foi elevada à paróquia. Outras religiões não receberam os mesmos privilégios. Um ofício de 27 de

outubro de 1955 não autoriza a doação de terreno destinada à construção de um templo protestante na Vila Brasil, que estava em formação, pois “estava reservada” apenas à Igreja Católica (SANTOS, 2007, p. 54-55). Nos povoados de Vila Brasil, Vicentina e Glória de Dourados a Igreja Católica recebeu terrenos do Estado para a construção de edifícios religiosos, escolas e obras assistenciais.

Apesar dos privilégios recebidos, o mercado religioso tornou-se competitivo pois inúmeras religiões estabeleceram-se na Colônia Agrícola. Na Vila Brasil atuavam os Batistas, os Presbiterianos, a Assembléia de Deus, os Adventistas do Sétimo Dia, o Avivamento Bíblico, a Congregação Cristã do Brasil e os Kardecistas (Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, p. 9). Os Palotinos, ciosos das prerrogativas da Igreja Católica disputavam todos os espaços possíveis. O padre José Daniel reagiu diante da possibilidade da administração da CAND entregar o hospital aos Presbiterianos. Ele comunicou o fato ao bispo, cobrou explicações dos diretores da CAND e fez uma série de denúncias ao Ministro da Agricultura. Como resultado, obteve garantias de que não seria entregue aos protestantes (Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados, Pasta sobre Corumbá).

Na disputa pelo mercado religioso, e para tornar a Igreja Católica a instituição mais importante e presente na sociedade, os Palotinos realizaram investimentos em diferentes campos. Segundo o padre Daniel, o crescimento demográfico impunha a necessidade de ampliar o número de escolas, hospitais, obras de infra-estrutura e de saneamento e de assistência técnica aos agricultores (O PROGRESSO, Dourados, 3 de abril de 1955, p. 2). Como decorrência, a Igreja Católica ocupava as lacunas deixadas pelo Estado. A ofensiva católica objetivava ocupar todos os espaços, normatizando a sociedade. Desejava, sobretudo, tornar-se a instituição mais importante e presente na sociedade em formação, projetando seus valores e normas. Assim, a Igreja Católica colaborava com o programa de colonização do Estado.

A capela de Vila Brasil também serviu de escola, a primeira construída na área da CAND, onde foram matriculados 66 alunos. As escolas fundadas pelos padres voltadas às séries iniciais eram administradas pelo Estado, tais como a Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos, em Vicentina, e a Escola Primária Vicente Pallotti, na Vila Brasil. Porém, não havia escolas para o ensino secundário e profissionalizante. Essa lacuna também foi preenchida pela Igreja Católica. Na Vila Brasil abriram o Instituto Dom Pedro II e o Colégio Vila Brasil. Em Vicentina foi criado, em 1962, o Ginásio Comercial Vicente

Pallotti<sup>viii</sup> e a Escola de Corte e Costura. Em Glória de Dourados, foi inaugurado, em 1962, o Instituto Educacional Sete de Setembro. Os párocos eram os diretores, tinham grande autonomia nas decisões internas e controlavam todo o seu funcionamento.<sup>ix</sup> As escolas foram construídas com o auxílio financeiro da população, da Congregação e dos governos federal, estadual e municipal.

A montagem de uma rede de escolas católicas desobrigava o Estado de investir nesse setor. As escolas católicas eram vistas como promotoras da ordem, do progresso, da civilização e do nacionalismo. Para a Igreja Católica, as escolas eram postos de cristianização social e espaço para formar católicos comprometidos com as causas da hierarquia. Por outro lado, sua difusão incluía-se na política de combater a expansão do ensino laico e, sobretudo, das instituições vinculadas as religiões concorrentes. Em 1963, o padre José Daniel, pároco de Vicentina, registrou a importância das escolas para a internalização das normas católicas e sobre a necessidade de continuar as pastorais para normatizar a sociedade. Segundo o pároco, a “ignorância religiosa se avoluma e o povo está sempre mais insolente, apesar de certos progressos com os estudantes. [...] Será meu objetivo incentivar o ensino para chegarmos a um grau mais elevado de cultura intelectual e religiosa.” (Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, 1963-1964, p. 21)

Na colônia Nacional de Dourados, o rápido crescimento demográfico gerou inúmeros problemas sociais. Em poucas semanas, surgiram povoações de consideráveis dimensões, sem que houvesse uma infra-estrutura para recebê-los. Muitos migrantes não tinham onde morar, hospedar-se, nem recursos para adquirir alimentos e medicamentos, e a mortalidade infantil e de idosos foi considerável. Vários acampamentos provisórios se formavam, e a administração da colônia demorou a demarcar e distribuir os lotes. Para o padre José Daniel, a CAND era um mundo improvisado, pois tudo se constituía num instante e de assalto (BAGGIO, 1957. p. 9). Diante da precariedade das condições de vida, da inexistência de uma infra-estrutura de saneamento básico e de investimentos do Estado, a Igreja Católica investiu na área assistencial, educacional e da saúde pública. Para o padre Alderige Baggio, o pioneiro era um homem que contava apenas consigo e com Deus. Em 1959, foi criada, em Vicentina, a Sociedade de Assistência Social (SAS), com o fim de atender os agricultores pobres nos campos religioso, educacional, saúde e do lazer. Em 1964, 500 alunos foram matriculados no primário e 90 no ginásio (SANTOS, 2007, p. 68). Agregadas a SAS foram criados, na Vila Brasil, o Movimento Social Palotino (MSP). Em

Glória de Dourados, o Lar dos Menores e a Associação Amigos de Vila Glória (hospital e maternidade) e, em Vicentina, o Clube de Mães, Obras Sociais da Paróquia e o Patronato Agrícola Filho de Colonos.<sup>x</sup> Essas instituições ofereciam inúmeros cursos técnicos, tais como escolas de datilografia, corte costura, culinária, hortas comunitárias, técnicas agrícolas, noções de higiene e alimentação, entre outros. Em 1969, passou a fazer parte do MSP diversas instituições, como a Associação Rural, o *Lions Club*, o *Rotary Club* e a Sociedade Caritativa Luterana, cujo objetivo era manter o Hospital Maria Machado Lemos (SANTOS, 2007, p. 73).

Os padres coordenavam também outras frentes para criar uma infra-estrutura que promovesse o desenvolvimento sócio-econômico e religioso, tais como escavação de poços artesianos, construção de pontes e estradas, criação de sindicatos que congregasse os trabalhadores rurais e reforma ou construção de edifícios religiosos e para abrigar as instituições assistenciais. O Palotinos sempre se empenharam para substituir as igrejas de madeira por outras de material e dotá-las de casa e salão paroquial. E nos locais onde não havia nenhum edifício religioso a preocupação inicial era construir uma capela.

As obras assistenciais e pastorais dos Palotinos sempre receberam auxílios em terras e dinheiro de políticos e dos governos federal, estadual e municipal. Do exterior, vieram recursos do Serviço de Ajuda às Missões do Terceiro Mundo e doações de católicos e instituições européias (GIRARDI, 1979, p.18). Colaboraram financeiramente e com mão de obra os católicos e os protestantes. O Estado contribuía com recursos para as áreas de educação e saúde. A SAS, por exemplo, recebeu recursos para construir reservatórios e redes de distribuição de água. Os governos federal, estadual e municipal apoiaram financeiramente a abertura de escolas, instituições assistenciais e hospitalares, doação de terrenos, venda de imóveis em condições vantajosas e pela concessão de inúmeros subsídios financeiros. Esses favorecimentos e apoios eram o resultado das boas relações com as autoridades civis, da importância do trabalho que realizavam, pois eram representados como propulsores do progresso e civilização de Mato Grosso. Como decorrência, a Igreja tornou-se a maior e mais importante empresária da rede de ensino privado e de assistência social da CAND.

Os Palotinos também participaram ativamente dos projetos de elevação das capelas à paróquia e da emancipação política administrativa (SANTOS, 2007, p. 75-76). Vicentina e Vila Brasil foram elevadas à paróquia, pelo bispo de Dourados D. Carlos Schmitt, em 31 de agosto de 1963. Glória de Dourados, Jataí e Vila Brasil (atual Fátima do Sul) tornaram-

se município em 1963 e, Vicentina, em 1987. Os párocos continuaram a intervir nas decisões políticas desses municípios. Exemplo disso foi a eleição para alterar o nome do município Vila Brasil. Concorreram as denominações Fátima do Sul, que fazia alusão à padroeira, e Culturama. O padre Aquiles Bedin afirmava que Culturama seria “lugar de muitos cultos” (SANTOS, 2007, p. 75-76). Os Palotinos defendiam a toponímia Fátima do Sul e faziam campanhas nas missas e nas ruas. Eles distribuíaam panfletos e utilizaram o “carro de som, de propriedade da paróquia, que também serviu para o transporte dos eleitores no dia da eleição.” (SANTOS, 2007, p. 84) A denominação Fátima do Sul ganhou por apenas dez votos, resultado do esforço dos padres mais do que um apoio da população católica, que correspondia a 70% da população. A candidatura de padres, com prévia autorização do bispo, também não era considerada inoportuna. O padre Roberto do Nascimento, por exemplo, foi eleito prefeito de Glória de Dourados.

O prestígio dos padres junto ao eleitorado era reconhecido pelos políticos que realizavam doações financeiras. Como contrapartida, o padre apoiava sua candidatura nas eleições (SANTOS, 2007, p. 84). O apoio político dos padres era disputado pelos candidatos, pois sua escolha coincidia com a orientação política da maioria da comunidade. Os padres intervinham diretamente na vida política das comunidades ao aconselhar os eleitores a votar em determinados candidatos, ao redigir e distribuir cédulas e panfletos. Os padres também podiam provocar o retraimento do eleitorado ou conquistar votações unânimes para determinados candidatos.

Outro papel desempenhado pelos religiosos foi a divulgação e construção de um imaginário edênico no Rio Grande do Sul sobre o oeste do Paraná e Mato Grosso, associando-os à “nova Califórnia”, à Canaã do Oeste, à terra da promessa e de terras de infinitas possibilidades de riqueza e ascensão social. Os Palotinos associaram-se a empresas de colonização e desenvolviam campanhas de migração nas paróquias onde atuavam no Rio Grande do Sul seja nos púlpitos, nas reuniões especialmente convocadas para tratar desse tema, nas conversas informais e por meio de panfletos. Eles se responsabilizavam em prestar assistência religiosa, pois as pessoas recusavam-se a migrar para regiões desprovidas de igrejas e sem padres. As excursões eram organizadas pelos padres e os indivíduos que adquirissem um lote tinham suas despesas de viagem pagas e todos os negócios tinham os padres como intermediários. Nesse sentido, a Igreja avalizava os negócios, como também sobre a existência de uma infra-estrutura e de assistência religiosa. Os Palotinos, em seus discursos, mobilizavam valores que faziam parte do

imaginário religioso dos brasileiros, como a existência de terras paradisíacas que garantiriam um futuro promissor a todos. Por outro lado, o público alvo eram migrantes católicos, mais desejáveis pelas vantagens que ofereciam na ofensiva de recristianização social. Era uma base social afeita às normas católicas e que se tornariam construtores da catolicidade e da nacionalidade.

A intervenção dos religiosos visava a incorporar o território à Nação, desenvolvê-lo em nível religioso, social, econômico e político. A Igreja Católica colaborou na viabilização do projeto de colonização da CAND ao ocupar espaços gerados pela ineficiência do Estado, sobretudo nos campos assistencial, educacional, hospitalar e de assistência técnica aos agricultores. A Igreja Católica representava Mato Grosso como um estado que aderiu à modernidade, à civilização e ao progresso tecnológico devido as intervenções da Igreja Católica e do Estado. Por outro lado, construíam imagens de coesão nacional, onde o Estado exercia seus poderes em todo o território brasileiro, mesmo nos mais remotos recantos do território nacional e entre os habitantes mais isolados.

Em torno da sua atuação, os Palotinos foram construindo o mito de serem “civilizadores”, de “apóstolos do progresso” e como merecedores da gratidão eterna do Brasil. Eles se auto-representavam como depositários dos ideais de civilização, progresso e da fé católica. Como decorrência da ação catequética e civilizadora, o sertão, isolado, ermo, despovoado, atrasado e perigoso recuou e surgiram cidades e municípios. Nessa perspectiva, a colonização, o povoamento e a integração à nacionalidade eram atribuídos à ação civilista desenvolvida pela Igreja Católica. A memória que procuravam construir valorizava a sua contribuição para o progresso de Mato Grosso e para a construção da nacionalidade.

### **Referências bibliográficas**

50 anos de presença franciscana em Mato Grosso: 1938-1988. Campo Grande: [s. n.], 1987.

AMADORI, Amadeu. Missões de M. Grosso. Rainha dos Apóstolos: revista das famílias, Santa Maria, v.1, 1957.

AMADORI, Amadeu. Missões de Mato Grosso. Rainha dos Apóstolos: revista das famílias, Santa Maria, v.12, 1957.

BAGGIO, Aladerige. Nas florestas. Rainha dos Apóstolos: revista das famílias, Santa Maria, v.1, 1957.

- BAGGIO, Alderige. Missões em Dourados e Itaporã. Rainha dos Apóstolos: revista das famílias, Santa Maria, v.3, 1957.
- CHAVES, Orlando. Carta Pastoral – Despedida à diocese de Corumbá – saudação à Arquidiocese de Cuiabá. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1957.
- CHAVES, Orlando. Carta Pastoral sobre a ordem do episcopado e saudação a seus diocesanos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.
- CHAVES, Orlando. Dourados – Paróquia dos Revmos. padres Franciscanos: Visita Pastoral de S. Excia. Revma. D. Orlando Chaves – bispo Diocesano. Eco Diocesano, Corumbá, set./out. 1952.
- CORRÊA, Valmir B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1930. Campo Grande: UFMS, 1995.
- DANIEL, José. A presença da Igreja na Colônia Federal. O Progresso, 18 de março de 1956.
- DIAGNÓSTICO da colonização no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Secretaria de Planejamento, 1972.
- ELSING, Jorge. Entre os rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso. Campo Grande: Loyola, 1988.
- FIGUEIREDO, J. L. A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1950.
- GABAGLIA, F. A. R. A política das fronteiras no governo de Getúlio Vargas. Ciência Política. Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-3, 1944.
- GALETTI, Lilian S. G. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. São Paulo, 2000. 520p. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GIRARDI, Ládio. No princípio era a selva: 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso, Suplemento da Revista Rainha, Santa Maria: Palotti, 1979.
- GRESSLER, Lori. A. S.; SWENSON, Lauro. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. Dourados: L. A. Gressler, 1988.
- GUILLEN, Isabel C. M. O lugar na história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. Revista Científica, v. 3, p. 37-44, 1996.

- KNOB, Pedro. A missão Franciscana do Mato Grosso: em comemoração dos 50 anos de fundação. Campo Grande: Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso, 1988.
- KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Florianópolis: Ed. UFSC, Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- LENHARO, Alcir. Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Papirus/Unicamp, 1986.
- Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima.
- Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos, 1963-1964.
- MACIEL, Laura A. A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1988.
- MELO E SILVA, José. Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso. 2. ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, 1989.
- MELO E SILVA, José. Fronteiras Guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ne-ê. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.
- O PROGRESSO, Dourados, 3 de abril de 1955. p. 2.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945). Assis, 1999. 255p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PONCIANO, Nilton Paulo. Fronteira, religião e cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965). Assis, 2006. 284p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- QUEIROZ, Paulo R. C. Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). São Paulo, 1999. 558p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Claudete Soares de Andrade. Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970). Dourados, 2007. 118p. Dissertação

(Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

---

<sup>i</sup> O território da CAND pertencia à paróquia de Dourados e à diocese de Corumbá até 1957, quando foi criada a diocese de Dourados.

<sup>ii</sup> Posteriormente, a demarcação definitiva nem sempre coincida com alheatória que havia sido realizada, gerando conflitos e mortes.

<sup>iii</sup> A denominação Vila Brasil foi uma sugestão do frei Frederico Mies pelo fato dos migrantes serem procedentes de várias regiões do Brasil. Em 1963, a Vila Brasil passou a denominar-se Fátima do Sul.

<sup>iv</sup> O primeiro cemitério foi bento em 1948 e a primeira capela construída em 1950. Em 25 de fevereiro de 1956 foi elevada à paróquia, sendo provida nesse mesmo ano.

<sup>v</sup> A paróquia de São Pedro passou a ser administrada por padres de nacionalidade espanhola até 1968, quando foi assumida pelos Franciscanos.

<sup>vi</sup> O padre Salesiano André Capelli chegou na antiga sede da colônia em 1956 para prestar assistência religiosa e para dedicar-se ao trabalho educacional. Em 1960, criou o Colégio de Iniciação Agrícola em regime de internato, abrigando, sobretudo, filhos de colonos da CAND. A instituição tinha como fim orientar sobre práticas agrícolas, mas também serviu para captar vocações religiosas. A escola manteve-se funcionando até 1969, quando passou a ser administrada pelo governo de Mato Grosso do Sul.

<sup>vii</sup> Três padres residiam em Amambaí e os demais nas paróquias da Colônia Federal de Dourados. (AMADORI, 1957, p. 358).

<sup>viii</sup> Posteriormente, passou a denominar-se Escola Rainha dos Apóstolos.

<sup>ix</sup> A partir da década de 1980 essas escolas foram entregues à administração do Estado de Mato Grosso do Sul. O padre José Daniel permaneceu por 20 anos como diretor da escola em Vicentina.

<sup>x</sup> Segundo Santos, essas instituições funcionaram até o início da década de 1980 (2007, p. 73).